



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ♦ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ♦ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ♦ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ♦ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ♦ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ♦ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 05**.

Contrato de Namoro

Diferentemente do que muitos pensam, a Lei nº 9.278, que regulamenta a união estável, não possui nenhuma regra que determine morar na mesma residência ou mesmo um prazo mínimo de convivência para enquadrar uma relação amorosa como união estável.

Segundo o Código Civil, para que uma relação seja considerada união estável, é preciso que seja duradoura, pública, contínua e com objetivo de constituir família.

Em razão da existência de casais que decidiram morar juntos, porém mantendo uma relação de namoro, é evidente que a Justiça enfrenta dificuldades em diferenciar namoro de união estável.

Portanto, embora o namoro seja duradouro, público, dotado de intimidades, isso não resulta que as partes vivam como se casadas fossem, ainda que dividam o mesmo teto. Por mais sólido que seja um namoro, o casal pode não querer constituir família.

Assim, visando estancar as obrigações jurídicas derivadas do término do relacionamento, muitos escolhem formular um Contrato de Namoro, que poderá ser feito no cartório, com duas testemunhas, e apresentar tanto cláusulas comuns como outras adicionadas pelo casal.

Nas cláusulas comuns, os contratantes farão a declaração de que possuem um namoro, sem qualquer tipo de vínculo matrimonial; a declaração de independência econômica, ou seja, de que são autônomos financeiramente; e a declaração de que, em eventual dissolução do namoro, o outro não terá direito à pensão alimentícia nem direito de sucessão e herança. Por fim, os contratantes devem atestar que não têm interesse em ter filhos juntos e, em caso de gravidez, que não haverá conversão do namoro em união estável, todavia os direitos da criança serão resguardados.

O respectivo contrato resulta das constantes mudanças nas relações da sociedade, e o Direito tem por finalidade regular essas relações, reformulando leis, pois é essencial trazer segurança jurídica para os indivíduos.

(Samira de Mendonça Tanus Madeira. https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/para-que-serve-um-contrato-de-namoro-e-quais-sao-os-reflexos-juridicos/?utm_source=estadao:mail&utm_medium=link
Texto publicado em 04.07.2023. Adaptado)

01. Com base nas informações do texto, é correto afirmar que o Contrato de Namoro

- (A) garante aos contratantes que, finda a relação, a discriminação e a partilha dos bens será feita pelo juiz que configurou a união como estável.
- (B) terá sua validação efetivada se os parceiros forem autônomos financeiramente e se recusarem a adquirir bens em comum.
- (C) é garantia jurídica destinada àqueles indivíduos que pretendem constituir família, mas não por meio do casamento civil.
- (D) tem por intuito evitar conflitos de ordem jurídica, por isso traz cláusulas que registram as condições acordadas entre os parceiros.
- (E) determina, seguindo o Código Civil, que há união estável quando existem testemunhas de que o casal habita na mesma residência há vários anos.

02. O Contrato de Namoro, _____ registro poderá ser feito em cartório; _____ duas testemunhas são necessárias; e _____ fazem parte cláusulas específicas, atende às expectativas _____ não quer os vínculos de um casamento convencional.

De acordo com o sentido do texto e com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas dessa frase devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) cujo ... para o qual ... do qual ... de quem
- (B) cujo ... pelo qual ... ao qual ... a quem
- (C) em que o ... ao qual ... do qual ... com quem
- (D) onde o ... pelo qual ... ao qual ... de quem
- (E) onde o ... para o qual ... no qual ... com quem

03. As duas frases elaboradas a partir do texto apresentam o sinal indicativo de crase corretamente empregado em:

- (A) A gravidez não levará o namoro à se converter em união estável. / Para pessoas que estão juntas há tempos, um contrato pode oferecer segurança legal à elas.
- (B) A Lei nº 9.278 não atribui à todas as relações amorosas o caráter de união estável. / Há namorados que se dedicam à viver juntos, mas sem laços matrimoniais.
- (C) A gravidez não levará a união duradoura entre namorados à condição de união estável. / O Contrato de Namoro pode dar legalidade à uma relação amorosa.
- (D) É possível adicionar novas cláusulas àqueles já estipuladas por lei. / As testemunhas devem declarar que os contratantes levam o compromisso à sério.
- (E) A Justiça não pode agir completamente à revelia dos interesses dos contratantes. / O casal pode impor exigências pessoais às cláusulas de um contrato.

04. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) A rigor, deve pensar em fazer um contrato dessa natureza aqueles que têm um relacionamento amoroso consistente.
- (B) Seja qual forem as circunstâncias que determinem a separação de um casal, os direitos da criança estarão protegidos.
- (C) É ideal que haja, em um Contrato de Namoro, cláusulas que beneficiem igualmente os dois parceiros.
- (D) Para a autora do texto, pouca gente está de fato inteirado a respeito do que regulamenta a Lei nº 9.278.
- (E) Existe um conjunto de condições em que se baseiam o Código Civil para definir uma união como estável.

05. Se os parceiros desejarem, um advogado pode _____ na redação do contrato, no qual requisitos legais devem ser preenchidos. Uma vez que no texto final o advogado _____, o juiz valida o contrato que _____ socialmente um negócio jurídico.

Segundo a norma-padrão de emprego e de colocação dos pronomes, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) orientá-los ... tenha-os preenchido ... confirma-se
- (B) orientá-los ... os tenha preenchido ... se confirma
- (C) os orientar ... tenha preenchido-os ... se confirma
- (D) orientar-lhes ... os tenha preenchido ... confirma-se
- (E) lhes orientar ... tenha preenchido-os ... se confirma

Leia um trecho do texto *“Entre a orquídea e o presépio”*, de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números **06 a 10**.

A moça ficou noiva do primo — foi há tanto tempo. Casamento, depois da festa de igreja, era a maior festa na cidade casmurra, de ferro e tédio. O noivo seguia para a casa da noiva, à frente de um cortejo. Cavalheiros e damas, aos pares, de braço dado, em fila, subindo e descendo, descendo e subindo ruas ladeiradas. Meninos na retaguarda, é claro, naquele tempo criança não tinha vez. Solenidade de procissão, sem padre e cantoria. Janelas ficavam mais abertas para espiar. Só uma casa se mantinha rigorosamente alheia, como vazia. É que morava lá a antiga namorada do noivo — o gênio dos dois não combinava, tinham chegado a compromisso, logo desfeito.

Murmurava-se que, à passagem do cortejo em frente àquela casa, o noivo seria agravado. Não houve nada: silêncio, portas e janelas cerradas, apenas. E o cortejo seguia brilhante, levando o noivo filho de “coronel” fazendeiro, gente de muita circunstância, rumo à casa do doutor juiz, gente de igual altura. A casa era “o sobrado”, assim a chamavam por sua imponência de massa e requinte: escadaria de pedra, em dois lanços, amplo frontispício¹ abrindo em sacadas, sob a cimalha² a estatueta de louça-da-china³ — espetáculo.

E houve o casamento e houve o jantar comemorativo e houve o baile, com a quadrilha fazendo ressoar no soalho de tábuas a música dos tacões dos homens, dos saltos das mulheres.

A noiva era uma risonha morena saudável, o noivo um passional tímido, amavam-se. E lá se foram para a fazenda longe, fim do mundo ou quase, onde as notícias demoravam uma, duas semanas para chegar. Que dia sai o cargueiro⁴? Que dia ele volta? Voltava com revistas, cartas, moldes de roupas, açúcar, fósforos, ar da cidade, vento do mundo.

Começaram a nascer as meninas. Dava muita menina naquele casal. Como educá-las? A dona de casa virou professora, virou uma escola inteira, se preciso virava universidade.

(*Elenco de cronistas modernos*. José Olympio Editora. Adaptado)

1. frontispício: fachada principal.

2. cimalha: parte mais alta das paredes.

3. louça-da-china: porcelana.

4. cargueiro: pessoa que conduz animais de carga.

06. Pelas informações do texto, pode-se afirmar corretamente que a noiva e o noivo, respectivamente:

- (A) queria ter muitos filhos; era um rapaz sem estudos.
- (B) era muito jovem e morava na cidade; gostava de exibir a riqueza da família.
- (C) se tornou mãe diligente; era apaixonado e introvertido.
- (D) era uma moça de iniciativa; se submeteu a um casamento de circunstância.
- (E) era sorridente e festeira; foi traído pela antiga namorada.

07. Assinale a alternativa em que a reescrita de trechos do texto preserva o sentido original.

- (A) O cortejo seguia com a formalidade de uma procissão, à medida que sem padre e cantoria, e murmurava-se que, desde que passasse em frente à casa da ex-namorada, o noivo seria afrontado.
- (B) O cortejo seguia com a pompa de uma procissão, no entanto sem padre e cantoria, e murmurava-se que, assim que passasse em frente à casa da ex-namorada, o noivo seria insultado.
- (C) O cortejo seguia com a imponência de uma procissão, mesmo que sem padre e cantoria, e murmurava-se que, quando passasse em frente à casa da ex-namorada, o noivo seria cumprimentado.
- (D) O cortejo seguia com a simplicidade de uma procissão, ou sem padre e cantoria, e murmurava-se que, logo que passasse em frente à casa da ex-namorada, o noivo seria ultrajado.
- (E) O cortejo seguia com a austeridade de uma procissão, portanto sem padre e cantoria, e murmurava-se que, conforme passasse em frente à casa da ex-namorada, o noivo seria reconhecido.

08. Considere as passagens do texto.

- Cavalheiros e damas, aos pares, de braço dado, em fila, **subindo e descendo, descendo e subindo ruas ladeirantas**. (1º parágrafo)
- E lá se foram para a fazenda longe, **fim do mundo ou quase**, onde as notícias demoravam uma, duas semanas para chegar. (4º parágrafo)

Os trechos destacados fazem referência, correta e respectivamente,

- (A) ao cansaço dos convidados que eram obrigados a seguir o cortejo; à fazenda que não possuía uma escola.
- (B) ao trajeto do cortejo que percorria horas as mesmas ruas do bairro; à casa modesta e próxima ao vilarejo na qual viveria o casal.
- (C) à rua onde morava a família da ex-noiva do rapaz; à grande extensão da propriedade que pertencia ao noivo.
- (D) às ruas de comércio onde os anfitriões podiam se exibir aos passantes; ao objetivo do casal de isolar-se e ter privacidade.
- (E) à geografia da cidade marcada por relevos; à distância entre a futura moradia dos recém-casados e o local da festa.

09. Considere as passagens do texto.

- É que morava lá a antiga namorada do noivo — o gênio dos dois não combinava... (1º parágrafo)
- A casa era “o sobrado”, assim a chamavam por sua imponência de massa e requinte: escadaria de pedra, em dois lanços... (2º parágrafo)

É correto afirmar que o travessão e os dois-pontos introduzem respectivamente nos enunciados:

- (A) uma justificativa para o silêncio que havia na casa da primeira namorada; a enumeração de características que dão requinte à casa do noivo.
- (B) a razão de o noivo sentir-se constrangido antes de passar pela casa da antiga namorada; a confirmação de que no sobrado moravam as pessoas mais ricas da cidade.
- (C) uma explicação para o fim do relacionamento com a antiga namorada; uma sequência de atributos positivos que enaltecem a casa do juiz.
- (D) a informação de que os ex-namorados haviam tido um longo compromisso; a descrição de uma edificação cujo estilo era único na cidade.
- (E) a suposição dos moradores de que a ex-namorada faria um escândalo ao ver o rapaz; um conjunto de elementos decorativos depreciado pelo narrador.

10. Os verbos empregados nas frases elaboradas a partir do texto seguem a norma-padrão na alternativa:

- (A) Enquanto o cargueiro mantiver suas viagens até a cidade, sempre chegarão bons artigos para os habitantes.
- (B) Alguns trabalhadores da fazenda preveram que o cargueiro e seus animais chegariam no fim da semana.
- (C) As lojas da cidade que disporem de produtos recém-chegados serão as mais procuradas pelas mulheres.
- (D) Quando o cargueiro vir com a tropa carregada de novas mercadorias, as negociações de compra e venda vão aumentar.
- (E) Se tempestades e estradas lamacentas reterem o cargueiro em outros paragens, talvez falte açúcar na cidade.

11. Um certo número de pessoas foi separado em alguns grupos para uma atividade de socialização. Com $\frac{2}{5}$ do

total de pessoas, formou-se o primeiro grupo. Foram 21 pessoas que formaram o segundo grupo. O terceiro e último grupo tinha $\frac{3}{4}$ do número de pessoas do primeiro

grupo. O segundo e o terceiro grupos, somados, superam o primeiro grupo em um número de pessoas igual a

- (A) 10.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14.
- (E) 16.

12. Uma herança deve ser repartida em partes diretamente proporcionais às idades de três herdeiros diretos. As idades dos herdeiros são: 45, 48 e 57 anos. O herdeiro de 57 anos abdicou de sua parte em favor de seus dois filhos e quer que a sua parte também seja repartida em partes diretamente proporcionais às idades deles, que são: 18 e 22 anos.

Considerando a porcentagem, em relação ao valor total da herança, que cada pessoa receberá, a diferença, em porcentagem, entre a pessoa que mais recebeu e a pessoa que menos recebeu está entre

- (A) 11% e 13%.
- (B) 13% e 15%.
- (C) 15% e 17%.
- (D) 17% e 19%.
- (E) 19% e 21%.

13. Uma empresa que organiza congressos possui uma equipe de preparação do material (*kit*) que será distribuído aos participantes. A referência anterior, que o gerente de preparação tinha, era de que 25 funcionários, todos com a mesma produtividade, prepararam 750 *kits*, em 9 horas de trabalho. Para um novo congresso, o gerente de preparação dispõe de 15 funcionários. Esses funcionários foram treinados e preparam os *kits* com uma velocidade que é o dobro da velocidade de preparo da referência anterior, ou seja, em um mesmo intervalo de tempo produzem o dobro do número de *kits*. A quantidade de *kits* a serem preparados é 1 250, e o tempo que será gasto para realizar essa tarefa será de

- (A) 10 horas e 30 minutos.
- (B) 11 horas.
- (C) 11 horas e 30 minutos.
- (D) 12 horas.
- (E) 12 horas e 30 minutos.

14. Um gestor de pessoal inicia a reunião com a afirmação:

'Se o trabalho é difícil, então a atenção deve ser redobrada.'

Uma afirmação logicamente equivalente à fala do gestor é:

- (A) Se o trabalho não é difícil, então a atenção não deve ser redobrada.
- (B) Se a atenção não deve ser redobrada, então o trabalho não é difícil.
- (C) Ou o trabalho é difícil ou a atenção deve ser redobrada.
- (D) O trabalho é difícil e a atenção deve ser redobrada.
- (E) O trabalho é difícil ou a atenção deve ser redobrada.

15. A sequência a seguir, que foi criada com um padrão lógico, sempre alterna letra e número e foi:

A 4 B 3 C 2 A 1 B 4 C 3 A 2 B 1 C 4 A 3 B 2 C 1 A 4 B 3 C 2 ...

Os termos que formam essa sequência nas posições 158, 159, 160 e 161 são, nesta ordem:

- (A) 3 C 2 A.
- (B) 1 B 4 C.
- (C) 3 A 2 B.
- (D) 2 B 1 C.
- (E) 4 C 3 A.

16. No aplicativo Explorador de Arquivos, que integra o MS-Windows 10 em sua configuração padrão, para se exibir as “Propriedades” de um arquivo previamente selecionado, é possível utilizar os recursos disponibilizados por meio do botão secundário do mouse ou acionar, simultaneamente, as teclas

- (A) ALT e ENTER.
- (B) ALT e TAB.
- (C) CTRL e ENTER.
- (D) CTRL e SHIFT.
- (E) HOME e SHIFT.

17. Um escrevente está utilizando o programa MS-Word, que integra o Microsoft 365 em sua configuração padrão, para elaborar um documento de quatro páginas, cuja orientação inicial está em modo “retrato”. Desejando melhorar a visualização da tabela que ocupa a quarta página do documento, ele decide ajustar a orientação dessa página para modo “paisagem”. Com esse objetivo, a primeira ação a ser executada pelo escrevente deverá ser inserir no final da terceira página do documento a adequada quebra de

- (A) bloco.
- (B) coluna.
- (C) linha.
- (D) margem.
- (E) seção.

18. Uma planilha em elaboração pelo aplicativo MS-Excel, integrante do Microsoft 365 em sua configuração padrão, teve suas células preenchidas como mostrado na figura a seguir.

	A	B	C	D
1	1	3	7	9
2	3	9	11	17
3	11	13	17	23
4	19	21	27	31
5				

Se a fórmula =MÉDIA(A2:D2)*MAIOR(A1:B2;2) for digitada na célula D5, o valor numérico obtido será:

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 60.
- (E) 90.

19. O aplicativo MS-Teams, em sua configuração padrão, está sendo utilizado para a realização de uma videoconferência entre os membros de uma equipe de trabalho. Assinale a alternativa que indica, respectivamente, as funções dos botões reproduzidos a seguir, sabendo que esses estão disponíveis na tela daquele aplicativo durante sua utilização.



(I)



(II)

- (A) (I) Acionar a câmera e (II) Selecionar plano de fundo.
(B) (I) Apresentar conteúdo e (II) Mostrar conversa do Chat.
(C) (I) Ativar o microfone e (II) Pedir para comentar.
(D) (I) Entrar na conversa e (II) Mostrar os participantes.
(E) (I) Encerrar a reunião e (II) Gravar a videoconferência.
20. O armazenamento em nuvem é um modelo de computação que possibilita ao usuário armazenar e compartilhar dados e arquivos na internet por meio de um provedor de serviços em nuvem, que pode ser acessado por meio da internet pública ou de uma conexão de rede privada dedicada. O serviço de armazenamento em nuvem disponibilizado com o pacote Microsoft 365 é o
- (A) NetFlow.
(B) PowerPoint.
(C) OpenShift.
(D) OneDrive.
(E) Google Drive.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

21. Assinale a alternativa que possui um crime praticado por servidor público contra a Administração Pública que possui modalidade culposa.
- (A) Corrupção passiva.
(B) Concussão.
(C) Abandono de função.
(D) Peculato.
(E) Prevaricação.
22. É correto afirmar que a conduta de “omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” configura o crime de
- (A) falsidade ideológica.
(B) falsificação de documento particular.
(C) falsificação de papéis públicos.
(D) falsificação de documento público.
(E) falso reconhecimento de firma ou letra.

DIREITO PENAL MILITAR

23. É correto afirmar que o militar em serviço ou atuando em razão da função, que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, cometerá o crime de:
- (A) corrupção ativa.
(B) prevaricação.
(C) corrupção passiva.
(D) peculato.
(E) concussão.
24. Assinale a alternativa que corretamente contenha um crime militar em que a pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.
- (A) Falsidade ideológica.
(B) Supressão de documento.
(C) Falsificação de documento.
(D) Certidão ou atestado ideologicamente falso.
(E) Falsa identidade.

25. Considere a seguinte situação hipotética: um Comandante de Cia deixa, por indulgência, de responsabilizar seu subordinado que comete infração no exercício do cargo.

É correto afirmar que o Comandante de Cia

- (A) não comete qualquer crime militar, pois agiu por indulgência e o crime de prevaricação exige o dolo.
- (B) comete o crime de condescendência criminosa.
- (C) comete o crime militar de prevaricação qualificada pela indulgência.
- (D) comete o crime de prevaricação, pois agiu por indulgência, caracterizando um sentimento pessoal.
- (E) comete o crime de condescendência criminosa privilegiada.

26. Assinale a alternativa que corretamente contenha um crime militar que possui modalidade culposa.

- (A) Tráfico de influência.
- (B) Recusa de função na Justiça Militar.
- (C) Comunicação falsa de crime.
- (D) Favorecimento pessoal.
- (E) Inutilização, sonegação ou descaminho de material probante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

27. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar, com relação à prisão em flagrante, que:

- (A) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- (B) qualquer do povo deverá e as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (C) a falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- (D) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por quatro testemunhas.
- (E) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.

28. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar, com relação à fiança, que:

- (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- (B) o réu afiançado não poderá, sob pena de quebraimento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 10 (dez) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.
- (C) em caso de prisão em flagrante, será competente para conceder a fiança, exclusivamente, o juiz na audiência de custódia.
- (D) a fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- (E) depois de prestada a fiança, que será concedida após a manifestação do Ministério Público, o processo seguirá para instrução, sendo os autos conclusos ao juiz competente.

29. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar, com relação à sentença, que:

- (A) qualquer das partes poderá, a qualquer momento, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- (B) o juiz na sentença, não poderá atribuir ao fato contido na denúncia ou queixa definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- (C) nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
- (D) o querelante ou o assistente serão sempre intimados da sentença pessoalmente, sendo vedada, em qualquer hipótese, a intimação por edital.
- (E) a intimação da sentença será sempre feita pessoalmente ao defensor constituído pelo réu, se houver antecipadamente concedido fiança.

30. Nos termos do Código de Processo Penal Militar e no que concerne ao defensor, assinale a alternativa correta.

- (A) A constituição de defensor dependerá sempre de instrumento de mandado, exceto se o acusado o indicar por ocasião de sua citação e por termo nos autos.
- (B) O juiz nomeará defensor ao acusado que o não tiver, ficando a este ressalvado o direito de, até seu interrogatório, constituir outro de sua confiança.
- (C) O defensor não poderá abandonar o processo, senão por motivo imperioso, a critério do juiz.
- (D) A nomeação de defensor pelo magistrado obsta ao acusado o direito de a si mesmo defender-se, mesmo tendo habilitação; mas o juiz deverá registrar a recusa expressa do acusado.
- (E) A falta de comparecimento do defensor, mesmo motivada, não adiará o ato do processo, devendo o juiz dar substituto para efeito do ato.

31. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que a citação far-se-á

- (A) pelo correio, mediante expedição de carta, quando o acusado estiver servindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.
- (B) por oficial de justiça, mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
- (C) pessoalmente, por termo nos autos, quando o acusado estiver servindo ou residindo na sede do juízo em que se promove a ação penal.
- (D) por edital, quando o acusado estiver residindo fora dessa sede, mas no País.
- (E) pelo correio, quando o acusado se ocultar ou opuser obstáculo para não ser citado.

32. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo, assim para a acusação como para a defesa, será de quatro horas para cada uma, no máximo.
- (B) A sessão de julgamento, na fase pública, será permanente e não se interromperá por motivo estranho ao processo, salvo moléstia de algum dos juízes, caso em que será transferida para dia designado na ocasião.
- (C) O Conselho de Justiça não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena menos grave.
- (D) As testemunhas serão ouvidas durante o dia, das sete às dezoito horas, salvo prorrogação autorizada pelo Conselho de Justiça, por motivo relevante, que constará da ata da sessão.
- (E) São efeitos de sentença condenatória irrecorrível, ser o réu preso ou conservado na prisão; ser o seu nome lançado no rol dos culpados e ser o réu condenado ao pagamento de indenização ao Estado.

33. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que caberá apelação da sentença que

- (A) definitivamente condenar ou absolver o réu.
- (B) conceder ou negar a menagem.
- (C) não receber a denúncia no todo ou em parte, ou seu aditamento.
- (D) indeferir o pedido de arquivamento, ou a devolução do inquérito à autoridade administrativa.
- (E) reconhecer a inexistência de crime militar, em tese.

34. No que diz respeito à verificação dos prazos e das penalidades relativos aos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa poderá representar ao juiz contra o serventuário que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei.
- (B) incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria verificar se o serventuário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos em lei.
- (C) caso o advogado deixe de restituir os autos no prazo do ato a ser praticado, haverá multa correspondente ao valor do salário mínimo vigente.
- (D) se o advogado exceder o prazo legal, será intimado para devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório.
- (E) qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.

35. Em uma ação de reparação de danos materiais e morais proposta por Rogério em face de Marcelo, Rogério, em petição escrita, requer a inquirição de 5 (cinco) testemunhas: Tânia, com dezessete anos de idade, Márcia, sua sobrinha por afinidade, Aline, sua amiga íntima, Júlia, sua prima consanguínea, e Flávia, interditada por enfermidade.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Tânia e Flávia não podem depor em razão da incapacidade.
- (B) Aline e Márcia não podem depor em razão da suspeição.
- (C) Márcia e Júlia não podem depor em razão do impedimento.
- (D) Apenas Tânia e Júlia podem depor.
- (E) Apenas Aline e Flávia não podem depor.

36. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, são brasileiros naturalizados:

- (A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) os originários de países de língua portuguesa, exigindo-se apenas comprovação de idoneidade moral.
- (E) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

37. Em relação à temática da Administração Pública na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) é garantido ao servidor público, civil ou militar, o direito à livre associação sindical.
- (C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (D) é lícita a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, inclusive a de dois cargos de professor.

38. Sófocles, militar do Estado de São Paulo, visando atacar ato disciplinar militar que lhe foi imposto, ingressou com ação perante a justiça militar estadual de primeira instância, sendo competente "X" para processamento e julgamento. Indeferido pedido formulado inicialmente nesta primeira ação, ingressou com ação de mandado de segurança perante "Y", apontando "X" como órgão/autoridade coator(a). Diante do caso hipotético e à luz do disposto na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que X e Y são, respectivamente:

- (A) Juiz de direito do juízo militar e Tribunal de Justiça Militar do Estado.
- (B) Juiz de direito do juízo militar e Conselho de Justiça Militar.
- (C) Conselho de Justiça Militar e Tribunal de Justiça Militar do Estado.
- (D) Conselho de Justiça Militar e Juiz de direito do juízo militar.
- (E) Auditoria Militar e Superior Tribunal Militar.

39. Assinale a alternativa correta sobre a competência da Justiça Militar do Estado de São Paulo, conforme previsão da Constituição do Estado de São Paulo.

- (A) Compete ao Conselho de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto dos Oficiais e da graduação das praças.
- (B) O Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, com jurisdição em todo o território estadual e com sede na Capital, compor-se-á de sete juízes, sendo três militares Coronéis da ativa da Polícia Militar do Estado e quatro civis.
- (C) Compete ao Conselho da Justiça Militar, sob a presidência do Juízo de direito da justiça militar, julgar os crimes militares praticados contra civis.
- (D) Compete ao Tribunal de Justiça Militar do Estado exercer a correição geral sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar.
- (E) A Justiça Militar do Estado será constituída, em primeiro grau, pelos juízes de Direito da Justiça Militar e, em segundo grau, pelo Conselho de Justiça Militar.

40. Chegou ao conhecimento do Diretor de Departamento de Secretaria Estadual que Josué, seu subordinado e servidor público efetivo do Estado de São Paulo, está "faltando com o cumprimento dos deveres", suficientemente caracterizada a infração e definida a autoria. Josué conta com 6 anos de efetivo exercício, nunca sofreu penalidade disciplinar, nunca celebrou Termo de ajustamento de conduta, não possui sindicância ou processo disciplinar em curso e não causou qualquer prejuízo ao Erário Público. Diante do caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com a lei 10261/68, Estatuto dos servidores públicos civis do Estado de São Paulo, que:

- (A) Josué poderá estar sujeito, em virtude de sua conduta, à pena de repreensão e o Diretor de Departamento é a autoridade competente para a aplicação da penalidade.
- (B) é obrigatória a instauração de apuração preliminar, sendo vedadas a instauração direta de sindicância e a formulação de proposta de autocomposição.
- (C) Josué poderá estar sujeito, em decorrência de sua conduta, à pena máxima de suspensão.
- (D) é incabível, no caso, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- (E) é obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar, sendo o Diretor de Departamento competente para a homologação de termo de ajustamento de conduta.

41. Assinale a alternativa correta sobre a lei de improbidade administrativa, nº 8429/1992.

- (A) A obrigação de reparar integralmente o dano ao erário em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa é transmissível aos herdeiros ou sucessores, além do limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) Aquele que exerce transitoriamente e sem remuneração mandato em órgão público não está sujeito à aplicação da lei de improbidade administrativa.
- (C) Atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, que recebe subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício da União, estão sujeitos às penas da lei de improbidade administrativa.
- (D) O particular que não possui qualquer vínculo ou relacionamento com a administração pública pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa se agir culposamente.
- (E) Todos os ilícitos previstos na lei de improbidade exigem dolo do agente e enriquecimento ilícito.

Considere o *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª edição) para responder às questões de números 42 a 44.

42. Para obtenção da clareza, é preciso

- (A) evitar impressões individuais de quem comunica.
- (B) usar papéis uniformes e diagramar corretamente o texto.
- (C) apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas.
- (D) abolir o uso de adjetivos que conferem uma carga afetiva ao texto.
- (E) omitir os termos que são facilmente recuperáveis pelo contexto.

43. Em relação aos tipos de documentos, é correto afirmar que um ofício é chamado de circular quando

- (A) um órgão envia um único expediente para apenas um órgão receptor.
- (B) um órgão envia o mesmo expediente para mais de um órgão receptor.
- (C) mais de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para um único órgão receptor.
- (D) mais de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para mais de um órgão receptor.
- (E) um órgão receptor retorna o mesmo expediente para seu órgão emissor.

44. No que se refere aos pronomes de tratamento usados em comunicações oficiais, é correto afirmar que

- (A) o tratamento usado no corpo do texto para se referir diretamente a um Deputado Federal é "Sua Excelência".
- (B) a concordância no corpo do texto é feita usando verbos e pronomes na 2ª pessoa do plural.
- (C) o emprego de "Vossa Excelência" obriga à concordância com o gênero gramatical feminino.
- (D) o vocativo usado para se referir a um Senador da República é "Senhor Senador".
- (E) o endereçamento usado para o Presidente da República é "A Vossa Excelência o Senhor".

45. É correto afirmar que o Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo traduz a visão e as estratégias sob a ótica de três perspectivas, que foram mantidas no processo de revisão, a saber:

- (A) missão, visão e valores.
- (B) forças, fraquezas e oportunidades.
- (C) pesquisa, estudo e ação.
- (D) pessoas, patrimônio e gestão.
- (E) sociedade, processos internos e recursos.

46. É correto afirmar que, para a revisão do Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, foi mantida a seguinte metodologia:

- (A) *balanced scorecard* – BSC.
- (B) análise SWOT.
- (C) análise PESTEL.
- (D) 5 Forças de Porter.
- (E) *objectives and key results* - OKRs.

PACTO GLOBAL DA ONU

47. A respeito dos princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que as empresas devem

- (A) apoiar e respeitar os direitos fundamentais reconhecidos nas constituições nacionais, devendo os Estados fomentar o respeito aos direitos humanos estabelecidos internacionalmente.
- (B) apoiar a liberdade de associação e eliminar a discriminação no emprego, respeitadas as peculiaridades culturais de cada país.
- (C) apoiar a proteção aos direitos humanos reconhecidos internacionalmente, assegurando-se a sua não participação em violação desses direitos.
- (D) apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado, salvo as decorrentes da aplicação de penas por crimes contra a humanidade.
- (E) incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis, mediante a concessão de incentivos fiscais por parte dos Estados nacionais.

48. De acordo com a Resolução nº 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça, os compromissos, realizados anualmente, dos órgãos do Poder Judiciário para alcance de objetivos comuns ao segmento de justiça ou ao Tribunal Superior, correspondem ao conceito de
- (A) metas específicas.
 - (B) metas nacionais.
 - (C) diretriz estratégica.
 - (D) política judiciária nacional.
 - (E) planejamento estratégico.
49. Considere que João é escrevente judiciário e foi designado para, temporariamente, exercer suas atribuições no setor de pessoal de uma unidade judiciária. O servidor que atualiza a página de transparência do Tribunal de Justiça recebeu uma planilha e nela não está especificado enquadramento que deverá ser dado aos gastos com os benefícios pagos a servidores, como o auxílio-creche e o auxílio-transporte. Com base na Resolução nº 102/2009, João deverá informar que essas despesas serão consideradas como
- (A) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.
 - (B) Outras Despesas de Custeio.
 - (C) Despesas de Investimento.
 - (D) Despesas Remuneratórias.
 - (E) Inversões Financeiras.
50. Com base na Resolução nº 351/2020, que trata da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, é correto afirmar que
- (A) o assédio moral corresponde ao processo reiterado e contínuo de condutas intencionalmente abusivas que atentam contra a integridade, identidade e dignidade do trabalhador.
 - (B) a apuração da situação de assédio ou discriminação deve ocorrer por meio de processo administrativo disciplinar e, se comprovada a infração, deve ser aplicada a pena de demissão ou aposentadoria compulsória, a depender do regime disciplinar do acusado.
 - (C) os órgãos do Poder Judiciário devem manter canal permanente, preferencialmente nas respectivas áreas de gestão de pessoas, de acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional.
 - (D) deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento de notícia de assédio ou discriminação, sendo admitido o anonimato.
 - (E) a realização do assédio moral pressupõe a existência de relação hierárquica entre os envolvidos e corresponde ao processo contínuo de condutas abusivas amparado por estratégias organizacionais que visem obter o engajamento intensivo de funcionários para o atingimento de metas.



Presidente
Juiz Orlando Eduardo
Geraldí

Diário da Justiça Militar Eletrônico

www.tjmsp.jus.br

Ano 16 · Edição 3706ª · São Paulo, terça-feira, 19 de setembro de 2023.

caderno único



Assinado de forma digital por
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MILITAR DO ESTADO DE SÃO
PAULO: 60265578000102
Dados: 2023.09.18 23:00:01 -
0300

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL

PORTARIA nº 853/23-CGer

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, Juiz ENIO LUIZ ROSSETTO, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

D E S I G N A R o MM. Juiz de Direito da Primeira Auditoria Militar, Dr. Ronaldo João Roth, para responder pelo Plantão Judiciário no período de 25 de setembro a 2 de outubro de 2023, nos termos do artigo 6º da Resolução 81/2022-ASSPRES.

Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 14 de setembro de 2023.

CONCURSOS PÚBLICOS

EDITAL Nº 13/2023 DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO (CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023)

O Juiz de Direito Dr. LAURO RIBEIRO ESCOBAR JUNIOR, Presidente da Comissão Examinadora para a realização de Concurso Público do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA aos candidatos inscritos, o gabarito da prova objetiva realizada em 17 de setembro de 2023.

001. PROVA OBJETIVA ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

1 - D	2 - A	3 - E	4 - C	5 - B	6 - C	7 - B	8 - E	9 - C	10 - A
11 - D	12 - B	13 - E	14 - B	15 - D	16 - A	17 - E	18 - C	19 - B	20 - D
21 - D	22 - A	23 - E	24 - C	25 - B	26 - E	27 - A	28 - D	29 - C	30 - C
31 - B	32 - D	33 - A	34 - E	35 - D	36 - E	37 - C	38 - A	39 - D	40 - A
41 - C	42 - C	43 - B	44 - D	45 - E	46 - A	47 - C	48 - A	49 - B	50 - C

002. PROVA OBJETIVA TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO

1 - D	2 - D	3 - B	4 - A	5 - E	6 - C	7 - B	8 - A	9 - C	10 - B
11 - E	12 - C	13 - E	14 - C	15 - A	16 - D	17 - B	18 - E	19 - B	20 - D
21 - E	22 - E	23 - C	24 - B	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - A
31 - C	32 - B	33 - C	34 - D	35 - A	36 - E	37 - D	38 - E	39 - D	40 - E
41 - B	42 - B	43 - C	44 - C	45 - A	46 - D	47 - D	48 - E	49 - A	50 - A

003. PROVA OBJETIVA ANALISTA DE SISTEMAS JUDICIÁRIO

1 - A	2 - D	3 - C	4 - D	5 - A	6 - C	7 - E	8 - B	9 - B	10 - E
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - E	16 - B	17 - E	18 - C	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - E	24 - E	25 - C	26 - D	27 - A	28 - B	29 - B	30 - A
31 - C	32 - A	33 - C	34 - A	35 - B	36 - D	37 - C	38 - B	39 - E	40 - C
41 - B	42 - D	43 - C	44 - C	45 - D	46 - D	47 - E	48 - A	49 - B	50 - E
51 - D	52 - C	53 - E	54 - E	55 - A	56 - E	57 - D	58 - B	59 - A	60 - E



Presidente
Juiz Orlando Eduardo
Geraldi

Diário da Justiça Militar Eletrônico

www.tjmsp.jus.br

Ano 16 · Edição 3706ª · São Paulo, terça-feira, 19 de setembro de 2023.

caderno único

004. PROVA OBJETIVA CONTADOR JUDICIÁRIO

1 - A	2 - D	3 - C	4 - D	5 - A	6 - C	7 - E	8 - B	9 - B	10 - E
11 - B	12 - D	13 - C	14 - A	15 - E	16 - B	17 - E	18 - C	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - E	24 - E	25 - C	26 - D	27 - A	28 - C	29 - C	30 - D
31 - B	32 - E	33 - A	34 - E	35 - C	36 - C	37 - C	38 - E	39 - B	40 - A
41 - D	42 - A	43 - E	44 - B	45 - A	46 - B	47 - E	48 - A	49 - D	50 - C
51 - C	52 - B	53 - A	54 - C	55 - E	56 - C	57 - E	58 - B	59 - A	60 - B

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital.

São Paulo 18, de setembro de 2023.

DIRETORIA JUDICIÁRIA - ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, Juiz ORLANDO EDUARDO GERALDI, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
DESIGNAR o Juiz PAULO ADIB CASSEB, para responder pelo Plantão Judiciário no período de 25 de setembro a 02 de outubro, nos termos do artigo 7º da Resolução 81/2022-ASSPRES.

1ª AUDITORIA

Nº 0005683-43.2019.9.26.0010 (Controle 90386/2019) – 1ª Aud. – Seção de Inquéritos

Recorridos: Cb PM Fernando Ritgheti do Amaral e outros.

Advogado: Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168.

Assunto: Fica Vossa Senhoria ciente do despacho de fls. 346, o qual determinou a remessa dos Autos à Vara do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos, ante a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Militar no Recurso em Sentido Estrito nº 1820/2022.

Nº 0004720-35.2019.9.26.0010 (Controle 90020/2019) – 1ª Aud. – Seção de Inquéritos

Recorridos: Cb PM Anderson Fogaça Soares e outros.

Advogados: Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, Dr. Renato Soares do Nascimento, OAB/SP 302.687, Dr. Mauro da Costa Ribas Júnior, OAB/SP 400.995 e Dra. Luciola Silva Fidelis, OAB/SP 169.947.

Assunto: Ficam Vossas Senhorias cientes do despacho de fls. 393, o qual determinou a remessa dos Autos à Vara do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos, ante a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Militar no Recurso Em Sentido Estrito n. 1898/22.

Nº 0003443-81.2019.9.26.0010 (Controle 89448/2019) – 1ª Aud. – Seção de Inquéritos

Recorridos: 2º Sgt PM Marcelo Tadeu Domingues e outro.

Advogado: Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168

Assunto: Fica Vossa Senhoria ciente do despacho de fls. 438, o qual determinou a remessa dos Autos à Vara do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos, ante a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Militar no Recurso Em Sentido Estrito n. 1774/22.

Nº 0004619-32.2018.9.26.0010 (Controle 86.387/2018) – 1ª Aud. – Seção de Inquéritos

Recorridos: 1º Sgt PM Fábio Augusto dos Santos e outros.

Advogados: Dra. Andrea Nunes de Pianni, OAB/SP 347261, Dr. Milton da Silva Alves, OAB/SP 430338, Dr. Adão de Souza Dias, OAB/SP 401080, Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258168 e Dr. Ivandaro Alves da



Presidente
Juiz Orlando Eduardo
Geraldi

Diário da Justiça Militar Eletrônico

www.tjmsp.jus.br

Ano 16 · Edição 3706ª · São Paulo, terça-feira, 19 de setembro de 2023.

caderno único

Silva, OAB/SP 372632.

Assunto: Ficam Vossas Senhorias cientes do despacho de fls. 650, o qual determinou a remessa dos Autos à Vara do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos, ante a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Militar no Recurso Em Sentido Estrito n. 1781/22.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

Processo nº 23.1.000002219-2

Favorecido: ORLANDO EDUARDO GERALDI

Cargo: Presidente

Destino: Brasília/DF

Motivo: Recebimento do Colar Juiz Celso Lobão, na Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar (AJUFEM), no dia 20 de setembro, e Seminário "Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas", no Conselho Nacional de Justiça, no dia 22 de setembro de 2023.

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

Processo nº 23.1.000002219-2

Favorecido: PAULO ADIB CASSEB

Cargo: Vice-Presidente

Destino: Brasília/DF

Motivo: Recebimento do Colar Juiz Celso Lobão, na Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar (AJUFEM), no dia 20 de setembro, no Conselho Nacional de Justiça, no dia 22 de setembro de 2023.

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

Processo nº 23.1.000002219-2

Favorecido: DANILO LIMA GOULART

Cargo: Sub Chefe

Destino: Brasília/DF

Motivo: Assessorar o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça Militar que na solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar (AJUFEM) no dia 20 de setembro e no Seminário "Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas", no Conselho Nacional de Justiça, no dia 22 de setembro.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - ATOS DO PRESIDENTE

À vista do constante no Processo SEI nº 23.1.000002237-0, nos termos dos artigos 36-A e 36-B, inciso IV, e parágrafos, da Lei Complementar nº 1.120/2010, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.231/2014 c.c. a Resolução nº 22/2014-GABPRES, RESTABELECIMENTO adicional de qualificação, nível graduação, ao servidor FÁBIO DE CAMPOS, Matrícula nº 60.897-5, a partir de 01/09/2023